



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ADMITIDO, NUMERE-SE E  
PUBLIQUE-SE PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Baixa à Comissão: Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros  
ECONOMIA

Para parecer até: 11/08/2009  
22/07/2009

O Presidente,

Exmo. Senhor  
Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia  
Legislativa da Região Autónoma dos Açores

001091 21.JUL.2009

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de junto remeter para a audição prevista no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição e no n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte projecto de diploma:

- Projecto de Decreto-Lei que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, transpõdo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/103/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos no que respeita à colocação de pilhas e acumuladores no mercado, que altera a Directiva n.º 2006/66/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro - MAOTDR - Reg. DL 377/2009.
- Projecto de Decreto-Lei que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos - MAI - Reg. DL 405/2009
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como, as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, e procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, que regula a instalação e o financiamento de recintos de espectáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais - MEI - Reg. DL 366/2009.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros*

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 23.º do Regimento do Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional e no cumprimento do artigo 118.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, solicita-se a emissão de parecer, por razões de urgência, até ao dia 31 de Julho de 2009.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3234 Proc. Nº 08-06
Data	09/07/22 Nº 100/IX



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

**DL 366/2009**

**2009.07.21**

No âmbito da aplicação do princípio constitucional da descentralização administrativa foi aprovado o Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos.

Para o efeito, não só foram definidos os tipos de recintos de espectáculos e de divertimentos públicos a que se aplicaria o diploma, como se estabeleceu um regime de certificação do cumprimento das normas técnicas e de segurança aplicáveis a cada um dos tipos de recintos.

A prática e o desenvolvimento técnico entretanto ocorrido aconselham a que se proceda à sua alteração, eliminando constrangimentos desnecessários observados na sua aplicação.

Com efeito, na aplicação do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, constatou-se que embora a intenção do legislador fosse, efectivamente, a certificação do cumprimento das normas técnicas e de segurança aplicáveis a equipamentos de diversão a instalar em recintos de espectáculos de natureza não artística, itinerantes e improvisados, a referência à certificação de recintos, e não a equipamentos, originou dúvidas na sua aplicação.

A própria articulação do licenciamento com a certificação exigida para os equipamentos de diversão a realizar pelas entidades de inspecção acreditadas pelo Organismo de Acreditação Nacional revelou-se inadequada para atingir os propósitos do diploma, pelo que cumpre clarificar o licenciamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos no que respeita aos recintos itinerantes e improvisados.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

Acresce que tendo as especificações técnicas constantes do Decreto Regulamentar n.º 16/2003, de 9 de Agosto, sido anuladas e substituídas por normas portuguesas, adoptadas pelo Instituto Português da Qualidade, I. P, correspondentes às normas europeias, impõe-se a alteração do referido decreto-lei.

Assim, e porque as normas técnicas e de segurança referidas obrigam à concretização de procedimentos, à salvaguarda da defesa e segurança dos utilizadores de equipamentos de diversão, devendo ser devidamente compreendidas pelos agentes económicos, a alteração pontual do Decreto Regulamentar n.º 16/2003, de 9 de Agosto, afigura-se, manifestamente, insuficiente.

Aliando o regime de licenciamento próprio dos recintos itinerantes e improvisados, às normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e ao funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, cria-se assim um novo quadro legislativo eliminando-se constrangimentos desnecessários, sob a prevalência do princípio da confiança e da responsabilidade.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

Nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 198.º da constituição, o Governo decreta o seguinte.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

## CAPITULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1º

##### Objecto e âmbito de aplicação

O presente decreto-lei estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos.

#### Artigo 2º

##### Definições

1. Para efeitos do presente decreto-lei, consideram-se recintos itinerantes os que possuem área delimitada, coberta ou não, onde sejam instalados equipamentos de diversão com características amovíveis e que pelos seus aspectos de construção, podem fazer-se deslocar e instalar, nomeadamente:

- a) Circos ambulantes;
- b) Praças de touros ambulantes;
- c) Pavilhões de diversão;
- d) Carrosséis,
- e) Pistas de carros de diversão;
- f) Outros divertimentos mecanizados.

2. Consideram-se recintos improvisados os que têm características construtivas ou



# Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

adaptações precárias, montados temporariamente para um espectáculo ou divertimento público específico, quer em lugares públicos quer em privados, com ou sem delimitação de espaço, cobertos ou descobertos, nomeadamente:

- a) Tendas;
- b) Barracões;
- c) Palanques;
- d) Estrados e palcos;
- e) Bancadas provisórias.

3. Considera-se promotor do evento de diversão a pessoa singular ou colectiva, pública ou privada que promove o evento e responsável pelo pedido de licenciamento e funcionamento do recinto itinerante ou improvisado, doravante denominado promotor.

4. Considera-se administrador do equipamento de diversão nos termos da NP EN 13814, o proprietário, locatário ou concessionário do equipamento.

5. Considera-se equipamento de diversão, os equipamentos definidos na NP EN 13814, bem como, todos aqueles que venham a ser definidos por normas que venham a ser editadas ou adoptadas pelo Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ, I. P.).

## Artigo 3.º

Entidade licenciadora

O licenciamento relativo à instalação dos recintos itinerantes e improvisados compete à câmara municipal territorialmente competente.

## Artigo 4.º

Licenciamento



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

1. O licenciamento da instalação de recintos itinerantes obedece ao regime de autorização de instalação previsto no artigo 5.º
2. O licenciamento da instalação de recintos improvisados obedece ao regime de aprovação de instalação previsto no artigo 14.º
3. Os recintos itinerantes e improvisados não podem envolver a realização de obras de construção civil nem implicar a alteração irreversível da topografia local, não podendo ainda os recintos improvisados envolver operações que impliquem a instalação de estruturas permanentes.

## CAPITULO II

### Licenciamento de recintos itinerantes

#### Artigo 5.º

##### Do pedido

1. O pedido de licenciamento de instalação de recintos itinerantes é feito através da apresentação de requerimento dirigido ao presidente da câmara municipal, devidamente instruído nos termos definidos no presente decreto-lei, sem prejuízo do seu envio por via electrónica.
2. O requerimento só se considera devidamente instruído para efeitos do numero anterior se acompanhado dos seguintes documentos:
  - a) Identificação do promotor;
  - b) Tipo de evento;
  - c) Período de funcionamento e duração do evento;
  - d) O local, área, características do recinto a instalar, lotação admissível, planta com disposição e número de equipamentos de diversão, sua tipologia ou designação e demais actividades;



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

- e) Último certificado de inspecção de cada equipamento, quando o mesmo já tenha sido objecto de inspecção.
3. O requerimento a que se refere o número anterior é instruído com fotocópia da apólice de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais.

#### Artigo 6.º

##### Autorização da instalação

1. Efectuado o pagamento da taxa devida para o período de duração do evento de diversão a entidade licenciadora, analisa o pedido de autorização de instalação do recinto e da sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, comunicando ao promotor, no prazo de três dias:

- a) Despacho de autorização da instalação;
- b) Despacho de indeferimento do pedido devidamente fundamentado.

2. Sempre que a entidade licenciadora considere necessária a realização de vistoria a mesma constará do despacho de autorização da instalação, devendo ser realizada no máximo até à entrega da licença de funcionamento prevista no artigo 12.º

#### Artigo 7.º

##### Intervenção de entidades acreditadas

1 - A inspecção dos equipamentos de diversão, quanto à verificação do cumprimento das normas técnicas e de segurança aplicáveis, é realizada por organismo de inspecção acreditado para o efeito pelo Instituto Português de Acreditação, I. P. (IPAC, I. P.), no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ).

2 - Na ausência de organismo de inspecção acreditado nos termos do número anterior, o IPAC, I. P., pode convidar uma entidade candidata à acreditação para, de forma temporária, assumir essas funções.





Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

#### Artigo 8.º

##### Normas técnicas e de segurança

As normas técnicas e de segurança aplicáveis aos equipamentos de diversão previstos no presente decreto-lei são a NP EN 13782 e 13814, sem prejuízo das demais que venham que venham a ser editadas ou adoptadas pelo IPQ, I. P.

#### Artigo 9

##### Inspecções

1 - Os equipamentos de diversão estão sujeitos a uma inspecção aquando da sua primeira instalação e entrada em funcionamento e, após esta, a inspecções periódicas anuais obrigatórias.

2 - Estando em causa equipamentos de diversão utilizados de forma sazonal, as inspecções referidas no número anterior devem ser realizadas antes da primeira instalação e entrada em funcionamento em cada ano civil.

3 - Por razões de segurança, nomeadamente as relativas à solidez dos equipamentos de diversão, podem ser definidos intervalos de tempo mais curtos pelo organismo que tenha inspecionado os equipamentos pela última vez.

4 - Sempre que se verifiquem reparações, modificações ou alterações susceptíveis de afectar a integridade dos equipamentos de diversão, bem como, avarias de origem desconhecida, os equipamentos são sujeitos a inspecções extraordinárias.

5 - No ano civil em que se realize uma inspecção extraordinária é dispensada a inspecção anual prevista nos n.ºs 1 e 2.

6 - As inspecções previstas nos n.ºs 1 a 4 são requeridas pelo proprietário, locatário ou concessionário do equipamento, designado na NP EN 13814, como administrador do equipamento de diversão.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

7 - As inspecções referidas no número anterior são efectuadas até três dias após a montagem de cada equipamento, salvo prazo diverso estabelecido contratualmente.

8 - Quando, face às condições e quantidade de equipamentos de diversão, as entidades previstas no artigo 7.º prevejam que o prazo referido no número anterior é insuficiente, podem, sob a sua responsabilidade, subcontratar a intervenção simultânea de outras entidades, não podendo tal facto onerar ou prejudicar os valores apresentados ao administrador do equipamento de diversão, para efeitos de inspecção.

#### Artigo 10.º

##### Certificados de Inspecção

1 - O certificado de inspecção é emitido para cada equipamento de diversão, desde que o mesmo esteja conforme com as normas técnicas e de segurança aplicáveis, previstas no artigo 8.º.

2 - Não estando conforme, é emitido relatório de inspecção onde constam as deficiências detectadas, sendo efectuada nova inspecção, após a correcção das mesmas pelo administrador.

3 - O prazo para a emissão e entrega ao administrador do equipamento de diversão do certificado de inspecção ou do relatório de inspecção referidos nos números anteriores é de 3 dias após a realização da inspecção.

4 - O administrador do equipamento de diversão é obrigado a ter e a exhibir sempre que solicitado, o último certificado de inspecção emitido para o respectivo equipamento.

#### Artigo 11.º



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

#### Termo de responsabilidade

1 - Quando se proceda a montagens subsequentes do equipamento de diversão no período que decorre entre as inspeções referidas no artigo 4.º, o administrador do equipamento de diversão deve, após a referida montagem, apresentar junto da entidade licenciadora um termo de responsabilidade, a anexar ao certificado de inspeção entregue aquando do pedido de licenciamento.

2 – O termo de responsabilidade deve atestar a conformidade dos equipamentos, bem como, a sua correcta instalação e colocação em funcionamento de acordo com as normas técnicas e de segurança aplicáveis e ser elaborado nos termos previstos no anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

3 – O administrador do equipamento, a cada nova montagem e em alternativa à apresentação de termo de responsabilidade, pode optar pela realização de inspeção pelas entidades previstas no artigo 7.º

#### Artigo 12º

##### Licença de funcionamento

1. A licença de funcionamento do recinto é emitida pelo presidente da câmara municipal, no prazo de três dias, após a entrega, pelo requerente, do certificado de inspeção previsto no n.º 3 do artigo 10.º

2. Quando o último certificado de inspeção tenha sido entregue aquando do pedido, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 5.º só é emitida licença de funcionamento após a entrega do termo de responsabilidade ou certificado de inspeção previsto no n.º 1 do artigo 11.º

3. A licença de funcionamento é parcialmente deferida quando o relatório de inspeção



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

atesta apenas a conformidade de alguns dos equipamentos, só podendo entrar em funcionamento os equipamentos considerados conformes.

4. A licença de funcionamento é válida pelo período requerido para a duração do evento e só pode ser objecto de renovação por uma vez e pelo mesmo período.

### CAPITULO III

#### Licenciamento de recintos improvisados

##### Artigo 13º

##### Regime de aprovação

O licenciamento de recintos improvisados obedece ao regime de aprovação previsto no artigo seguinte.

##### Artigo 14º

##### Do pedido

1. O pedido de licenciamento para a aprovação da instalação de recintos improvisados é feito através da apresentação de requerimento dirigido ao presidente da câmara municipal, devidamente instruído nos termos definidos no presente decreto-lei, sem prejuízo do seu envio por via electrónica.

2. O requerimento só se considera devidamente instruído para efeitos do numero anterior se acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Nome e residência ou sede promotor do evento de diversão;
- b) Tipo de evento;



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

- c) Período de funcionamento; e duração do evento;
  - d) Local, área, características do recinto a instalar, lotação admissível, planta com disposição dos equipamentos e demais actividades.
3. O requerimento a que se refere o número anterior é instruído com fotocópia do respectivo seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais.

#### Artigo 15.º

#### Aprovação

1. Efectuado o pagamento da taxa devida para o período de duração do evento a entidade licenciadora analisa o pedido e a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, comunicando ao promotor e, no prazo de cinco dias:
- a) Despacho de aprovação da instalação;
  - b) Despacho de indeferimento do pedido devidamente fundamentado
2. O despacho de aprovação constitui licença de funcionamento.
3. Sempre que a entidade licenciadora considere necessária a realização de vistoria a mesma constará do despacho de aprovação da instalação.
4. Sempre que existam equipamentos de diversão a instalar em recintos improvisados, a entidade licenciadora pode em substituição da vistoria solicitar a entrega do respectivo certificado ou termo de responsabilidade nos termos previstos no n.º 1 do artigo 9.º e no n.º 1 do artigo 11.º
5. A licença de funcionamento é válida pelo período requerido para a duração do evento e só pode ser objecto de renovação por uma vez e pelo mesmo período.

#### Artigo 16º

#### Deferimento tácito



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

Decorridos os prazos para a conclusão dos procedimentos de autorização ou aprovação de instalação, inspeção dos equipamentos e realização de vistorias, considera-se tacitamente deferida a pretensão do requerente.

Artigo 17.º

Afixação obrigatória

1. Para os equipamentos de diversão instalados nos recintos itinerantes e improvisados, é obrigatória a afixação, em local visível ao público, do último certificado de inspeção e termo de responsabilidade, se aplicável.
2. O promotor do evento é ainda obrigado a manter em local visível a respectiva licença de funcionamento.

Artigo 18.º

Bilhetes

Os bilhetes para eventos de diversão a realizar em recintos improvisados licenciados para o efeito devem ser apresentados para autenticação à câmara municipal sempre que esta assim o determinar e nas condições a fixar.

#### CAPÍTULO IV

Regime sancionatório

Artigo 19.º

Fiscalização

Compete à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) a fiscalização do disposto no presente decreto-lei.

Artigo 20º



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

#### Contra-ordenações

1. Constitui contra-ordenação, punível com coima cujo montante mínimo é de € 500 a € 1000 e o máximo é de € 1500 a € 3500, consoante se trate de pessoas singulares ou colectivas privadas:

- a) O funcionamento de recintos itinerantes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 12.º;
- b) O funcionamento de recintos itinerantes ou improvisados sem licença de funcionamento ou com licença de funcionamento caducada ou caducada a sua renovação em violação do disposto no n.º 3 do artigo 12.º e n.º 4 do artigo 15.º;
- c) A violação do disposto no n.º 6 do artigo 9.º;
- d) O funcionamento de recintos improvisados sem a respectiva licença de funcionamento prevista no n.º 2 do artigo 15.º;
- e) A violação do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 17.º.

2 - Constitui contra-ordenação, punível com coima cujo montante mínimo é de € 700 a € 1500 e o máximo é de € 2000 a € 4000, consoante se trate de pessoas singulares ou colectivas privadas:

- a) A violação do disposto no n.º 4 do artigo 10.º;
- b) O incumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º;
- c) A instalação e funcionamento de equipamentos de diversão em violação do disposto no n.º 3 do artigo 12.º.

3 - A tentativa e a negligência são puníveis, sendo os limites mínimos e máximos reduzidos para metade.

#### Artigo 21.º

Competência para a instrução e aplicação de sanções



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

1. A instauração dos processos de contra-ordenação relativas às infracções previstas nas no artigo anterior compete à ASAE.
2. A aplicação das coimas, bem como das sanções acessórias previstas no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, pelos processos instaurados pela entidade referida no número anterior compete à Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade (CACMEP).
3. O produto das coimas aplicadas no âmbito das infracções referidas no n.º 3 reverte:
  - a) 60% para o Estado:
  - b) 30% para a ASAE
  - c) 10% para a CACMEP

#### Artigo 22.º

##### Medidas Cautelares

Sempre que seja detectada uma situação de perigo grave para a segurança dos utilizadores dos equipamentos de diversão, em especial na ausência do devido certificado de inspecção e do termo de responsabilidade, quando aplicável, a entidade competente para a fiscalização deve tomar de imediato as providências cautelares adequadas a eliminar a situação de perigo, podendo vir a ser determinada a apreensão de todo ou parte do equipamento, ou a respectiva selagem.





Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

Disposições finais

Artigo 23.º

Segurança do evento

O promotor do evento de diversão deve assegurar, nos termos da lei da segurança privada, as medidas necessárias à manutenção da ordem no respectivo recinto, e comunicar previamente a realização do evento à força policial da zona onde o mesmo se situe, para a devida articulação tendo em vista a manutenção da ordem pública.

Artigo 24.º

Alteração ao Decreto-lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro

Os artigos 2.º, 7.º, 8.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

[...]

[...]:

a)[...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [Revogado];

f) [Revogado];

g) Recintos de diversão provisória.

Artigo 7.º



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

### Recintos de diversão provisória

1. São considerados recintos de diversão provisória os espaços vocacionados e licenciados para outros fins que acidentalmente, sejam utilizados para a realização de espectáculos e de divertimentos públicos, independentemente da necessidade de adaptação nomeadamente:

- a) Estádios e pavilhões desportivos quando utilizados para espectáculos de natureza artística ou outra;
- b) Garagens;
- c) Armazéns;
- d) Estabelecimentos de restauração e bebidas.

2. A realização de espectáculos e de divertimento s públicos com carácter de continuidade em recintos de diversão provisória fica sujeita ao regime da licença de utilização prevista nos artigos 9.º a 15.º

### Artigo 8.º

[...]

1. [...]:

a)[...];

b)[...];

c) [...];

d) Ao de natureza não artística previstos no n.º 1 do artigo 3.º e sempre que os mesmos envolvam a instalação de equipamentos de diversão aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º [REG DL 366/2009], caso contrário aplicam-se as normas constantes do Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro, e da Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro.

e) Aos recintos de diversão provisória previstos na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 7.º, e sempre



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

que os mesmos envolvam a instalação de equipamentos de diversão aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º [REG DL 366/2009]

2. [Revogado] (em decorrência do Decreto-lei n.º 141/2009 de 16 de Junho e da actual redacção das alíneas d) e e))

Artigo 21.º

[...]

[...]:

- a) A violação do disposto nos artigos 9.º, 10.º e 17.º é punível com coima de € 498,80 até ao máximo de € 3740,98 no caso de se tratar de pessoas singular ou até € 44 891, 91 no caso de se tratar de pessoa colectiva;
- b) [...];
- c) [...].»

Artigo 25.º

Regiões Autónomas

O presente decreto-lei aplica-se às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com as devidas adaptações, nos termos da respectiva autonomia político-administrativa, cabendo a sua execução administrativa aos serviços e organismos das respectivas administrações regionais autónomas com atribuições e competências no âmbito do presente decreto-lei, sem prejuízo das atribuições das entidades de âmbito nacional.

Artigo 26.º

Norma revogatória

1 – São revogadas as alíneas e) e f) do artigo 2º, o artigo 6º, o n.º 1 do artigo 7.º e os artigos



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

18º e 19.º, todos do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro.

2 - É revogado o Decreto Regulamentar n.º 16/2003, de 9 de Agosto.

Artigo 27.º

Republicação

É republicado, como anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16 de Dezembro, na sua redacção actual.

Artigo 28º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no prazo de 30 dias após a sua publicação.

Visto e Aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro de Estado e das Finanças

O Ministro da Economia e Inovação



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Nome (a).....

Na qualidade de (b) .....

Com morada/sede.....

Portador do NIF/NIPC .....

Declaro a conformidade, bem como, a sua correcta instalação e colocação em funcionamento de acordo com as normas técnicas e de segurança aplicáveis, dos seguintes equipamentos de diversão:



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

1 - (c)

2 -

3 -

4 -

Mais declaro que os equipamentos referidos destinam-se a ser utilizados em \_\_\_\_\_(d) freguesia de \_\_\_\_\_ concelho de \_\_\_\_\_ no período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

O Declarante (e)

Aos \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_\_

- (a) Nome: pessoa individual ou colectiva;
- (b) Administrador do equipamento de diversão (proprietário, locatário ou concessionário);
- (c) Instruir com os respectivos certificados de inspecção em vigor para cada equipamento;
- (d) Local da instalação do equipamento de diversão;
- (e) Assinatura comprovada mediante exibição de Bilhete de identidade.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

## ANEXO II

Republicação do Decreto-lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro

### CAPÍTULO I

Âmbito

Artigo 1.º

Âmbito

1 - O presente diploma regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos.

2 - São excluídos do âmbito de aplicação do presente diploma:

a) Os recintos de espectáculos de natureza artística previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro;

b) Os recintos com diversões aquáticas previstos no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março.

3 - São igualmente excluídos do âmbito de aplicação do presente diploma os espectáculos e divertimentos de natureza familiar que se realizem sem fins lucrativos, para recreio dos membros da família e convidados, quer tenham lugar no próprio lar familiar quer em recinto obtido para o efeito.

Artigo 2.º

Recintos de espectáculos e de divertimentos públicos

Para os efeitos do presente diploma, são considerados como recintos de espectáculos e de divertimentos públicos:

a) Os recintos de diversão e os recintos destinados a espectáculos de natureza não artística;



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

- b) Revogado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho;*
- c) Revogado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho;*
- d) Os espaços de jogo e recreio previstos no artigo 2.º do regulamento das condições técnicas e de segurança aprovado pelo Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro;*
- e) Revogado pelo Decreto-lei n.º*
- f) Revogado pelo Decreto-lei n.º*
- g) Recintos de diversão provisória.*

#### Artigo 3.º

Recintos de diversão e recintos destinados a espectáculos de natureza não artística

1 - Para os efeitos do presente diploma, são considerados como recintos de diversão e recintos destinados a espectáculos de natureza não artística os locais, públicos ou privados, construídos ou adaptados para o efeito, na sequência de um processo de licenciamento municipal, designadamente:

- a) Bares com música ao vivo;*
- b) Discotecas e similares;*
- c) Feiras populares;*
- d) Salões de baile;*
- e) Salões de festas;*
- f) Salas de jogos eléctricos;*
- g) Salas de jogos manuais;*
- h) Parques temáticos.*





Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

2 - São ainda considerados como recintos de diversão os locais onde, de forma acessória, se realizem espectáculos de natureza artística, nomeadamente:

- i) Bares;
- j) Discotecas;
- k) Restaurantes;
- l) Salões de festas.

Artigo 4.º

Recintos desportivos

*Revogado pelo Decreto-lei n.º 141/2009, de 16 de Junho.*

Artigo 5.º

Espaços de jogo e recreio

Espaços de jogo e recreio são os espaços previstos no regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, sem prejuízo do disposto no artigo 32.º do mesmo diploma legal.

Artigo 6.º

Recintos itinerantes

Revogado pelo Decreto-lei n.º

Artigo 7.º

Recintos de diversão provisória

1. São considerados recintos de diversão provisória os espaços vocacionados e licenciados para outros fins que acidentalmente, sejam utilizados para a realização de espectáculos e de divertimentos públicos, independentemente da necessidade de adaptação nomeadamente:

- a) Estádios e pavilhões desportivos quando utilizados para espectáculos de natureza



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

artística ou outra;

b) Garagens;

c) Armazéns;

d) Estabelecimentos de restauração e bebidas

2. A realização de espectáculos e de divertimentos públicos com carácter de continuidade em recintos de diversão provisória fica sujeita ao regime da licença de utilização prevista nos artigos 9.º a 15.º do presente diploma.

## CAPÍTULO II

Instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos

### SECÇÃO I

Regime geral

Artigo 8.º

Normas técnicas e de segurança

1 - Aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos são aplicáveis as seguintes normas técnicas e de segurança:

a) Aos de natureza não artística previstos no n.º 2 do artigo 3.º aplicam-se as normas do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Dezembro e da Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro;

*b) Revogado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho*

c) Aos espaços de jogo e recreio aplicam-se as normas do regulamento das condições técnicas e de segurança aprovado pelo Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro;

d) Ao de natureza não artística previstos no n.º 1 do artigo 3.º e sempre que os mesmos



## Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

envolvam a instalação de equipamentos de diversão aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º (este diploma), caso contrário aplicam-se as normas constantes do Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro e da Portaria n.º 1532/2008 de 29 de Dezembro.

e) Aos recintos de diversão provisória previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º, e sempre que os mesmos envolvam a instalação de equipamentos de diversão aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º (este diploma)

2. Revogado pelo Decreto-lei n.º 141/2009 de 16 de Junho e da actual redacção das alíneas d) e e))

### Artigo 9.º

#### Regime aplicável à instalação

1 - A instalação de recintos fixos de espectáculos e de divertimentos públicos obedece ao regime jurídico da urbanização e da edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, com as especificidades estabelecidas no presente diploma.

2 - A aprovação dos projectos para a emissão de licença de construção está sujeita a parecer favorável dos corpos de bombeiros profissionais, quando existam, ou do Serviço Nacional de Bombeiros.

3 - Os pedidos de licenciamento relativos à instalação dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos devem ser instruídos nos termos da legislação referida no n.º 1 e ainda com os elementos constantes de portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela tutela da cultura ou do desporto, consoante o caso, do Serviço Nacional de Bombeiros e das autarquias locais.

4 - Até à entrada em vigor da portaria referida no número anterior, o presidente da câmara municipal, uma vez entregue o pedido de licenciamento, pode solicitar a apresentação de declaração, a emitir por entidade qualificada nos termos do n.º 3 do artigo 14.º, de que na



# Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

concepção dos projectos foram acauteladas as condições técnicas e de segurança aplicáveis.

## Artigo 10.º

### Licença de utilização

1 - O funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos, com excepção dos recintos itinerantes e recintos improvisados, depende da emissão de licença de utilização, nos termos dos artigos seguintes, a qual constitui a licença prevista no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

2 - A licença de utilização destina-se a comprovar, para além da conformidade da obra concluída com o projecto aprovado, a adequação do recinto ao uso previsto, bem como a observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis e ainda as relativas às condições sanitárias e à segurança contra riscos de incêndio.

3 - A licença de utilização é válida por três anos, renovável por iguais períodos, e está sujeita à realização de vistoria obrigatória nos termos do artigo 11.º .

4 - A licença de utilização caduca:

- a) Se terminar o prazo de validade;
- b) Se o recinto se mantiver encerrado por período superior a nove meses;
- c) Se tiverem sido realizadas obras ou intervenções que alterem a morfologia ou as condições de segurança e funcionais edificadas.

5 - A emissão da licença de utilização depende de requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia autenticada do certificado de inspecção, a emitir por entidade qualificada nos termos do artigo 14.º;
- b) Fotocópia autenticada da apólice de seguro de responsabilidade civil, válida;



## Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

c) Fotocópia autenticada da apólice de seguro de acidentes pessoais, válida.

6 - A renovação da licença de utilização, que deve ser requerida até 30 dias antes do termo da sua validade, implica a apresentação de certificado de inspecção do recinto, nos termos do artigo 14.º

7 - A licença de utilização dos recintos em que, simultaneamente e com carácter de prevalência, se desenvolvam as actividades de restauração e de bebidas obedece ao regime previsto no Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho, com as especificidades estabelecidas no presente diploma.

8 - A licença de utilização é titulada por alvará que, para além dos elementos referidos no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, deve conter as especificações previstas no artigo 13.º

### Artigo 11.º

#### Vistoria

1 - Para os efeitos da emissão da licença de utilização, a vistoria deve realizar-se no prazo de 30 dias a contar da data da apresentação do requerimento previsto no n.º 5 do artigo 10.º e, sempre que possível, em data a acordar com o interessado.

2 - A vistoria é efectuada por uma comissão composta por:

a) Dois técnicos a designar pela câmara municipal, tendo, pelo menos um deles, formação e habilitação legal para assinar projectos previstos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho;

b) Um representante do Serviço Nacional de Bombeiros, a convocar pela câmara municipal com a antecedência mínima de oito dias;

c) Um representante da autoridade de saúde competente, a convocar nos termos da alínea anterior, sempre que se considere relevante a avaliação das condições sanitárias do recinto,



## Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

designadamente em situações de risco para a saúde pública.

3 - A ausência de qualquer dos membros referidos no número anterior não é impeditiva da realização da vistoria, ficando a emissão da licença de utilização condicionada à apresentação de parecer pela entidade não representada, no prazo de cinco dias, valendo o seu silêncio como concordância.

4 - A comissão referida no n.º 2, depois de proceder à vistoria, elabora o respectivo auto, do qual devem constar o nome do responsável pelas condições gerais e de segurança do recinto, a lotação para cada uma das actividades a que este se destina e, quando se trate de salas de jogos, o número máximo de unidades de diversão ou aparelhos de jogo a instalar.

5 - Quando o auto de vistoria conclua em sentido desfavorável ou quando seja desfavorável o voto fundamentado de um dos elementos referidos no n.º 2, não pode ser emitida a licença de utilização enquanto não forem removidas as causas que justificaram tal sentido desfavorável.

### Artigo 12.º

#### Emissão da licença e deferimento tácito

1 - O alvará da licença de utilização para recintos de espectáculos e de divertimentos públicos é emitido pelo presidente da câmara municipal, no prazo de 15 dias a contar da data da realização da vistoria referida no artigo anterior ou do termo do prazo para a sua realização, dela notificando o requerente.

2 - A notificação a que se refere o número anterior deve ser feita no prazo de 20 dias a contar da data da emissão do alvará

3 - A falta de notificação no prazo previsto no número anterior ou a falta de emissão do alvará no prazo previsto no n.º 1 vale como deferimento tácito do pedido daquela licença de utilização.

### Artigo 13.º



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

#### Especificações do alvará

1 - O alvará da licença de utilização para recintos de espectáculos e de divertimentos públicos deve discriminar a identificação do recinto e da entidade exploradora, o nome do proprietário e do responsável pelas condições gerais e de segurança do recinto, a actividade ou actividades a que o recinto se destina, a sua lotação para cada actividade e, no caso das salas ou recintos de jogos, a capacidade máxima do número de equipamentos de diversão e de jogos a instalar.

2 - Sempre que haja alteração de qualquer dos elementos constantes do alvará, a entidade titular da licença de utilização ou a entidade exploradora do recinto deve, para os efeitos de averbamento, comunicar o facto à câmara municipal no prazo de 30 dias a contar da data da sua verificação.

3 - O modelo de alvará referido neste artigo é aprovado por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela tutela das autarquias locais, do ordenamento do território e do Serviço Nacional de Bombeiros.

#### Artigo 14.º

##### Certificado de inspecção

1 - O certificado de inspecção visa atestar que o empreendimento cumpre e mantém os requisitos essenciais de qualidade, designadamente requisitos de segurança, habitabilidade, protecção ambiental, funcionalidade e qualidade arquitectónica e urbanística.

2 - Os certificados de inspecção são emitidos por entidades para tal qualificadas e são válidos por 3 anos, obrigatoriamente renovados até 30 dias antes do termo da sua validade.

3 - Para os efeitos do disposto no número anterior, são considerados entidades qualificadas os organismos de inspecção acreditados no âmbito do Sistema Português da Qualidade,



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

para os recintos previstos neste diploma.

#### Artigo 15.º

Responsabilidade dos autores dos projectos, dos empreiteiros e dos construtores

Os autores dos projectos, os empreiteiros e os construtores são obrigados a apresentar seguro de responsabilidade civil que cubra os riscos do exercício da respectiva actividade, em termos e condições a aprovar por decreto regulamentar.

#### Artigo 16.º

Responsabilidade dos proprietários dos recintos e dos divertimentos e dos promotores dos espectáculos

Os proprietários dos recintos de espectáculos e dos divertimentos públicos, bem como os respectivos promotores, são obrigados a apresentar seguro de acidentes pessoais que cubra os danos e lesões corporais sofridos pelos utentes em caso de acidente.

#### Artigo 17.º

Recintos sem licença de utilização

A utilização, total ou parcial, de recintos que não possuam a licença de utilização para os efeitos de realização de espectáculos e de divertimentos públicos carece daquela licença, a requerer e a emitir nos termos dos artigos anteriores.

## SECÇÃO II

Recintos itinerantes e improvisados

Revogada

#### Artigo 18.º





Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

Licença de instalação e de funcionamento de recintos itinerantes

Revogado

Artigo 19.º

Licença de instalação e de funcionamento de recintos improvisados

Revogado

### CAPÍTULO III

Fiscalização e sanções

#### SECÇÃO I

Fiscalização

Artigo 20.º

Entidades com competência de fiscalização

1 - São competentes para proceder à fiscalização dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos abrangidos pelo presente diploma todas as entidades intervenientes nos licenciamentos de construção, de utilização e de instalação e funcionamento dos recintos, bem como as autoridades administrativas e policiais, no âmbito das respectivas competências.

2 - As autoridades administrativas e policiais que verifiquem infracções ao disposto no presente diploma devem elaborar os respectivos autos de notícia, que remetem às câmaras municipais no prazo máximo de quarenta e oito horas.

3 - Todas as entidades fiscalizadoras devem prestar às câmaras municipais a colaboração que lhes seja solicitada.

#### SECÇÃO II



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

Sanções

Artigo 21.º

Contra-ordenações

1 - Sem prejuízo das contra-ordenações previstas nos regulamentos das normas técnicas e de segurança aplicáveis, constituem contra-ordenações, puníveis com as seguintes coimas:

*a)* A violação do disposto nos artigos 9.º, 10.º e 17.º, é punível com coima de (euro) 498,80 até ao máximo de (euro) 3740,98 no caso de se tratar de pessoa singular ou até (euro) 44891,81 no caso de se tratar de pessoa colectiva;

*b)* A falta do seguro a que se referem os artigos 15.º e 16.º é punível com coima de (euro) 2493,99 até ao máximo de (euro) 3740,98 no caso de se tratar de pessoa singular ou até (euro) 44891,81 no caso de se tratar de pessoa colectiva;

*c)* A violação do disposto no n.º 6 do artigo 10.º é punível com coima de (euro) 99,76 até ao máximo de (euro) 1246,99 no caso de se tratar de pessoa singular ou até (euro) 9975,96 no caso de se tratar de pessoa colectiva

2 - A negligência e a tentativa são puníveis.

3 - No caso de tentativa, as coimas previstas no n.º 1 são reduzidas para metade nos seus limites máximos e mínimos.

4 - Às contra-ordenações previstas no presente diploma e em tudo o que nele não se encontrar especialmente regulado são aplicáveis as disposições do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 356/89, de 17 de Outubro, e 244/95, de 14 de Setembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de Dezembro.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

#### Artigo 22.º

##### Sanções acessórias

1 - Para além da coima que couber ao tipo de infracção cometida nos termos do artigo anterior, podem ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- a) Interdição do exercício da actividade;
- b) Encerramento do recinto;
- c) Revogação total ou parcial da licença de utilização;
- d) Interdição de funcionamento do divertimento;
- e) Cassação do alvará de licença de utilização;
- f) Suspensão da licença de utilização.

2 - As sanções referidas nas alíneas a), b), c), d) e f) têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória, findos os quais pode ser apresentado pedido de renovação da licença de utilização, nos termos dos artigos 10.º a 14.

3 - Quando for aplicada a sanção acessória de encerramento do recinto, o presidente da câmara municipal deve apreender o respectivo alvará de licença de utilização pelo período de duração daquela sanção.

#### Artigo 23.º

##### Competência para a instrução e aplicação das sanções

1 - A instrução dos processos de contra-ordenação compete às câmaras municipais, na sequência do auto de notícia levantado por qualquer das entidades referidas no artigo 20.º

2 - A decisão sobre a instauração dos processos de contra-ordenação, a designação do instrutor e a aplicação das coimas e sanções acessórias previstas neste diploma competem ao presidente da câmara municipal, podendo ser delegada em qualquer dos restantes membros do executivo camarário.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

3 - O produto das coimas aplicadas pelo presidente da câmara municipal no âmbito das respectivas competências, bem como das que forem cobradas em juízo, constitui receita dos municípios.

#### CAPÍTULO IV

##### Disposições finais e transitórias

##### Artigo 24.º

##### Regime aplicável às autarquias locais

Sem prejuízo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, quando as autarquias locais forem proprietárias de recintos ou promotoras de espectáculos ou divertimentos públicos, devem observar o regime estabelecido no presente diploma, designadamente no que se refere às normas técnicas e de segurança aplicáveis e aos seguros obrigatórios de responsabilidade civil e de acidentes pessoais.

##### Artigo 25.º

##### Regime aplicável aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos existentes

1 - O disposto no presente diploma aplica-se aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos existentes à data da sua entrada em vigor.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, as licenças de recinto emitidas pela Direcção-Geral dos Espectáculos ao abrigo da legislação revogada pelo presente diploma são substituídas pela licença de utilização prevista no artigo 10.º, ficando a respectiva emissão dependente apenas da realização da vistoria prevista no artigo 11.º



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

Artigo 26.º

Força policial

1 - O promotor do espectáculo pode requisitar, sempre que o julgar necessário para a manutenção da ordem pública, uma força policial da zona onde se situe o recinto.

2 - A força policial prevista no número anterior terá a composição que vier a ser fixada pelo respectivo comandante.

3 - O promotor do espectáculo quando não solicitar a presença da força policial fica responsável pela manutenção da ordem no respectivo recinto.

Artigo 27.º

Revogação

1 - São revogados os artigos 20.º a 23.º do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro.

2 - São ainda revogados os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 35.º, 37.º e 43.º a 46.º do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro, na parte relativa aos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos previstos no presente diploma.

Artigo 28.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2003.